

LEI Nº 812

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2000 e dá outras providências.

MAURO JONCK, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º: O Orçamento do Município de Angelina para o exercício financeiro de 2000, será elaborado segundo as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º: O Orçamento para o exercício financeiro de 2000, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos

Art. 3º: a previsão da receita e fixação das despesas serão orçadas para 2000 a preço correntes.

Art. 4º: No exercício financeiro de 2000, está o Executivo Municipal autorizado a criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, admitir pessoal, aumentar a remuneração e conceder vantagens, observada a legislação vigente.

Art. 5º: O lançamento e arrecadação de tributos será objeto de avaliação permanente pelos setores competentes, de forma a orientar o Executivo Municipal na alteração ou adaptação da legislação para ajustar a carga tributária.

Art. 6º: Na elaboração da Proposta Orçamentária do Município, para o exercício de 2000, observar-se-á as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal:

I - A despesa fixada não será superior a receita prevista;

II - Na estimativa das receitas considerar-se-á a arrecadação dos últimos dois exercícios, a tendência das receitas no presente exercício, e os efeitos das alterações na legislação tributária ou cadastramento imobiliário;

III - Não poderão ser fixadas as despesas sem que estejam definidas as fontes de

recursos;

IV - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisados;

V - As despesas com serviço da dívida, pessoal e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão;

VI - No exercício de 2000, o Município aplicará no mínimo 25% das receitas oriundas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, assegurando prioridade ao atendimento, das necessidades do ensino obrigatório, sem prejuízo da Lei de Diretrizes e Base da Educação.

VII - O Poder Executivo poderá realizar operações de Crédito de longo prazo no exercício de 2000, mediante autorização do Legislativo Municipal, com destinação específica e vinculada ao projeto;

VIII - Na Lei do Orçamento para 2000, poderá constar dispositivo autorizando a contratação de empréstimo por antecipação da receita;

IX - No orçamento para o exercício de 2000, o Executivo deverá fixar despesas para contratação de pessoal nas áreas da saúde, administração, educação, transportes, agricultura, concessão de reajustes, vantagens, criação e alteração na estrutura de carreiras, para adequar a realidade às necessidades administrativas.

X - Dentro de cada projeto e atividade, o Executivo Municipal poderá remanejar o saldo das dotações dos elementos de despesas que o compõem.

XI - Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

_ Único: Para efeito do disposto no item VI, art. 6º desta lei, despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino são todas aquelas enquadráveis nos programas 41, 42, nos sub-programas relacionados ao ensino infantil e fundamental, e 49 da classificação da funcional programática.

Art. 7º: O Poder Executivo está autorizado a firmar convênios com outras esferas de Governo, para execução de programas nas áreas de ação do Município.

Art. 8º: As despesas com pessoal ativo e inativo da administração direta ou indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo, ficam limitados a 60% (sessenta por cento) das receitas correntes, não consideradas aqui, aquelas oriundas de convênios.

_ 1º: No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal estatutário ou celetista, proventos de aposentados e pensões, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

_ 2º: A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação ou alterações da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver previsão orçamentária suficiente para atender as

projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput" deste artigo.

Art. 9º: A abertura de créditos adicionais suplementares será autorizada pela lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada a preços de janeiro de 1999.

Art.10º: O orçamento para 2000 obedecerá a estrutura organizacional vigente à época da elaboração, compreendendo os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações e fundos instituídos e mantidos pelo Município.

Art.11º: O orçamento das unidades gestoras, assegurará recursos para a Reserva de Contingência, destinados a suplementar as dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária, ou abertura de créditos especiais, cujo montante não será superior a 05% (cinco por cento) e nem inferior a 01% (um por cento) da despesa fixada.

_ Único: Não serão admitidas emendas no orçamento que impliquem na redução do limite mínimo previsto neste artigo, quando a fonte de recursos nelas indicada for a Reserva de Contingência.

Art.12º: Durante a execução orçamentária em 2000, o Executivo Municipal poderá solicitar autorização do Legislativo para incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, na forma do anexo único desta lei.

Art.13º: O Executivo Municipal enviará, até 15.10.99, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que o apreciará e o devolverá para sanção até o dia 30.11.99.

_ 1º: A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

_ 2º: Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2000, fica o Executivo Municipal autorizado, a executar a Proposta Orçamentária na forma original, atualizada nos termos do _ 1º, do Artigo 3º desta Lei, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária anual.

_ 3º: Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária anual, mediante abertura de Créditos Suplementares, através de Decretos do Poder Executivo.

Art.14º: O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades dentre as relacionadas no anexo único integrante desta Lei, quando da elaboração da proposta orçamentária.

_ Único: Poderão ser incluídos programas não relacionados no anexo único, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art.15º: Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de encargos sociais não recolhidos por insuficiência de recursos financeiros.

Art.16º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.17º: Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina, 12 de novembro de 1999.

MAURO JONCK
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2000.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- Aquisição de Equipamentos e Material Permanentes;
- Ampliação do Prédio da Prefeitura Municipal;

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

- Aquisição de 02 Veículos;
- Reforma de 02 Quadras de Esportes;
- Reforma de 03 Salas de Aula;
- Construção de 03 Salas de Aula;
- Ampliação e Reforma do Ginásio Municipal de Esportes;
- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Construção de 50 Fossas Sépticas;
- Construção, Ampliação e Reforma de uma Unidade Sanitária;
- Aquisição de um veículo;
- Construção de 2000 metros de Redes de Esgoto Sanitário;
- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Construção de 10 Casas Populares;
- Aquisição de um Caminhão Basculante;
- Aquisição de uma Retroescavadeira;
- Construção de 10 Pontes e Bueiros;
- Pavimentação de Ruas - 5.000 m²;
- Aquisição de uma Motoniveladora;
- Aquisição de um Trator de Esteiras.

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, INDÚST. COM. E TURISMO

- Aquisição de Equipamento e Material Permanente;
- Aquisição de um Trator Agrícola;
- Aquisição de Caminhão Basculante;
- Aquisição de uma Retroescavadeira;
- Aquisição de 01 Enciladeiras;
- Aquisição de uma Classificadora de Cebola;
- Construção de 15 Km de Rede para Telefonia Celular Rural;
- Construção do Parque de Eventos
- Construção de 06 Km de Rede de Eletrificação Rural;
- Construção de um Mercado Público
- Construção de um Portal Turístico
- Distribuição de 1.500 Toneladas de Calcário e Adubo;
- Distribuição de 1.000 Kg de Sementes de Adubo Verde;
- Distribuição de 2.000 Kg de Sementes Seleccionadas;

MAURO JONCK
Prefeito Municipal